

RETRATOS DE UMA NAÇÃO

 Tarcísio R. Botelho^{1,2}

Resenha: SARAIVA, Luiz Fernando, NABARRO, Wagner, GOLDFEDER, Pérola (orgs.). *Atlas Histórico-econômico do Brasil no Século XIX*. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024.

História e Geografia são duas formas de descrever sociedades humanas, que, embora antigas, ganharam novos conteúdos e significados no século XIX. Este, que muitas vezes é chamado o “o século da História”, pode também ser visto como o século da Geografia. As duas atividades intelectuais ganharam ares de disciplinas sistematicamente organizadas ao mesmo tempo, e em apoio ao processo de formação de Estados nacionais que marca o Oitocentos. A aproximação entre ambas foi estreita durante muito tempo, mas “esfriou-se” nas últimas décadas, justamente quando os avanços tecnológicos poderiam ter incrementado tais laços. Aproveitar as possibilidades abertas pelas novas abordagens na Geografia (o georreferenciamento e a discussão sobre o espaço) e pela construção de grandes bancos de dados históricos informatizados permite compreender as relações entre espaço e tempo que merecem ser mais bem exploradas na contemporaneidade. Essa é uma premissa importante do *Atlas Histórico-econômico do Brasil no Século XIX*, destacada na sua Apresentação, no Prefácio e na Introdução.

1 Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil.

2 Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), é mestre (1994) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Um atlas, segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um conjunto de mapas ou cartas geográficas. Todavia, “o termo também se aplica a um conjunto de dados sistematicamente organizados sobre determinado assunto e que servem de referência para a construção de informações de acordo com a necessidade do usuário”. Nesse sentido, “ter à mão um atlas é ter um mundo de informações. Informações sustentadas, informações que sustentam o conhecimento”.³ Um atlas histórico acrescenta nova camada a essa definição, já que ao vetor espaço é adicionado o tempo. A sucessão dos “dados sistematicamente organizados sobre determinado assunto” deve obedecer a uma lógica espacial (qual o espaço onde os dados estão distribuídos?) que se sucede no tempo. Em outras palavras, quais transformações históricas espacialmente localizadas devem e podem ser sistematicamente organizadas e apresentadas, formando esse conjunto de dados à disposição do usuário do atlas?

A tarefa prévia necessária para que o *Atlas* pudesse realizar seus objetivos do ponto de vista do espaço foi compreender a evolução territorial do Brasil no período. Isso é apresentado em um texto prévio que acompanha as transformações dos limites do território nacional brasileiro e das suas subunidades (capitanias para o período colonial, províncias para o período imperial e estados para o período republicano). Para além disso, houve ainda a definição dos limites municipais, utilizados sobretudo quando da espacialização das informações demográficas. Por si só, a apresentação desses processos de evolução territorial já é um enorme mérito do *Atlas*. Coloco como ressalva apenas o fato de que esse trabalho de definição dos limites municipais ao longo do tempo deveria ser mais bem explicitado e explorado na Nota Técnica. Ainda na Nota Técnica, também fica claro que o século XIX referenciado no título é muito mais longo, já que vai até o ano de 1920, já bem avançado o século XX. Não seria o caso de adequar o título da obra a essa opção de recorte temporal?

3 *Atlas Geográfico Escolar*, disponível em <https://atlascolar.ibge.gov.br/introducao/21723-o-que-e-um-atlas.html>, acesso em 20/09/2024.

Do ponto de vista da estrutura do seu conteúdo, o *Atlas* é composto de uma parte pré-textual e em seguida, dentro do seu recorte econômico, divide as transformações históricas observadas em três grandes grupos: "População"; "Produção"; e "Comunicações e Transportes". Há o Posfácio (assinado pelo professor Clodoveu Davis Jr.), as Referências e Fontes dos Mapas. Na parte pré-textual, encontram-se a Apresentação, o Prefácio, a Nota Técnica, a Introdução e o item sobre a Evolução Territorial do Brasil no Século XIX, já citadas anteriormente. Além disso, traz a relação de autores. A Apresentação é assinada pelo senador Randolfe Soares, presidente do Conselho Editorial do Senado Federal, que é a entidade coeditora do *Atlas*. E esse é um aspecto especialmente relevante, porque não só viabilizou a redução de custos do livro e sua disponibilidade gratuita *on-line*,⁴ como também o integra ao conjunto maior de produções editoriais do Senado Federal, comprometido com a difusão de obras importantes para a compreensão da história brasileira. O Prefácio é assinado pelo professor Angelo Alves Carrara, e a Introdução, pelos organizadores: Luiz Fernando Saraiva, Wagner Nabarro e Pérola Goldfeder. Ainda, é fundamental destacar o conjunto de autores arregimentados para a tarefa de dar corpo à obra. São 20 pesquisadores formados em universidades brasileiras, predominantemente na área de História, mas com a inclusão de três geógrafos e uma economista. Isso dá uma ideia da diversidade de informações sistematizadas, bem como do vigor da pesquisa em História Econômica no país e da sua necessária interdisciplinaridade.

Na parte propriamente de conteúdo, o *Atlas* se inicia com a "População". São apresentados tabelas e mapas que cobrem basicamente o período de 1872 a 1920. Há duas exceções a esse recorte temporal: a reprodução de uma figura divulgada no Censo de 1920 com a população brasileira entre 1776 e 1920; e o Mapa 12, sobre o tráfico legal e ilegal de escravos entre 1776 e 1860. Em relação a esse recorte temporal, considero que outros mapas ou tabelas poderiam ser incorporadas, já que temos informações disponíveis sobre estimativas de população das capitanias e

4 O *Atlas Histórico-econômico do Brasil no Século XIX* encontra-se disponível em <https://livraria.senado.leg.br/atlas-historico-economico-do-brasil-no-seculo-xix>, acesso em 20/09/2024.

províncias desde pelo menos 1808. Essa é uma sugestão para as reedições da obra.

Nessa parte sobre a população, é importante destacar dois pontos altos do *Atlas*. Em primeiro lugar, apresentar a população por município, tanto o total quanto a densidade demográfica, é algo que me parece inédito e extremamente relevante por tornar visível (algo próprio do mapa) alguns processos demográficos relevantes. Chamo a atenção, primeiramente, para a distribuição da população escravizada segundo os municípios (Mapas 4, 4-A e 4-B). Como o Censo de 1872 foi o único censo nacional brasileiro realizado durante a vigência da escravidão, ele merece esse tipo de tratamento sistemático, que permite ter uma perspectiva nacional sobre a questão. Em segundo lugar, os dados de densidade demográfica em nível municipal (Mapas 5, 7, 9 e 11) permitem vislumbrar processos espaciais que às vezes passam despercebidos. Destaco dois que se relacionam: a densidade demográfica maior ao longo da Cordilheira do Espinhaço até o Recôncavo Bahiano; e o vazio demográfico do litoral sul da Bahia e norte do Espírito Santo. O segundo ponto alto é mostrar a distribuição da população conforme a cor declarada no Censo de 1872. A distribuição de pretos e pardos, de um lado, e de caboclos, de outro, produz um retrato muito impressionante sobre as origens da população brasileira. Além disso, o quesito cor aparece nos Censos de 1872 e 1890 (embora esse seja um censo de má qualidade), só voltando no Censo de 1940. Ademais, o *Atlas* apresenta nos Mapas 5-D e 5-E uma exploração da categoria caboclo articulada com o mapeamento das informações sobre os principais grupos étnicos distribuídos no território nacional brasileiro.

A segunda parte de conteúdo refere-se à “Produção”. Nesse item, a diversidade de fontes de pesquisa e a diversidade temporal são maiores. A base inicial é o Mapa Econômico do Brasil de 1911, que é desdobrado em representações das Atividades Agrícolas (Mapa 13), das Atividades Agropecuárias (Mapa 14), das Atividades Mineradoras (Mapa 15), do Extrativismo Vegetal (Mapa 16) e do Extrativismo Animal (Mapa 17), alguns deles complementados com dados dos censos econômicos realizados pela primeira vez em 1920. Ainda, há a apresentação dos dados sobre rendas alfandegárias (Tabelas 10 e 10a e Mapa 18) abrangendo o período de 1836 a 1876. Há uma série de mapas que sistematizam dados sobre criação de bancos, volume de depósitos em caixas econômicas, emissões

de apólices municipais e pedidos de provisão por indústrias, e os autores utilizam um diversificado conjunto de fontes e de recortes cronológicos. Os mapas 23, 24 e 25 utilizam os dados do Censo Econômico de 1920, explorando a dimensão espacial das informações sobre indústria em geral, indústria têxtil em particular e geração de energia elétrica. Essa parte se encerra com o Mapa 26, que especializa as patentes concedidas de 1882 a 1910 segundo os municípios.

O tópico da “Produção” ressalta a importância do *Atlas* ao sistematizar e exibir em formato graficamente amigável a diversidade das atividades econômicas espalhadas pelo território nacional brasileiro. Evidencia-se uma distribuição muitas vezes insuspeitada de estabelecimentos tão diversos quanto bancos, caixas econômicas e indústrias. Por outro lado, mostra que temos muito o que pesquisar sobre a história econômica brasileira para completar séries com as de rendas alfandegárias e atividades financeiras, ou para explorar de modo mais sistemático o fabuloso conjunto de informações divulgadas nos Censos Econômicos de 1920. A respeito desse censo, se dispuséssemos de bancos de dados digitais com o seu conteúdo (como dispomos atualmente para o de 1872), poderíamos obter um retrato muito mais aprofundado e diverso da agropecuária, da indústria, do setor de serviços, da educação etc.

A terceira parte aborda as “Comunicações e Transportes”, um aspecto importante do processo de formação e integração do Estado nacional. São apresentadas, inicialmente, as estradas terrestres em 1920 (Mapa 27) e as ferrovias existentes em 1898 (Mapa 28). A sua configuração espacial mostra como ambas eram redes pouco extensas, regionalmente concentradas (sobretudo no que hoje é a região Sudeste) e sem nenhuma integração inter-regional. De modo geral, eram redes de transporte que ligavam o interior aos portos, com poucas interligações mais complexas aparecendo apenas nos estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. A rede de correios terrestres de 1860 apresentava uma densidade e integração muito maior, deixando perceber que se baseava mais em caminhos precários e na utilização dos rios navegáveis. Há uma interessante representação cartográfica do comércio marítimo e das companhias fluviais em 1890 (Mapa 30), bem como da rede de telégrafos em 1891 (Mapa 31), em que fica claro o maior atendimento da faixa litorânea do país em termos de comunicações. Também são mapeadas

atividades importantes, como a rede telefônica em 1915 (Mapa 33) e os jornais e revistas em circulação em 1870 (Mapa 34).

O *Atlas* é uma iniciativa inédita para o período que aborda.⁵ Por outro lado, foi na segunda metade do século XIX que veio à luz o primeiro atlas brasileiro, o *Atlas do Império do Brasil*, organizado por Candido Mendes de Almeida em 1868 e que no seu subtítulo dizia ser “destinado á instrução publica do Império, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II”. Ele trazia um conjunto de mapas físico e político-administrativo do Brasil e suas províncias. Apareceu em um momento em que o Império brasileiro conhecia um conjunto de iniciativas, buscando retratar a nação que se consolidava. Daí a realização do Recenseamento Geral do Império de 1872 e de outras iniciativas de sistematização de estatísticas fiscais e econômicas. Nem sempre tais iniciativas e realizações foram bem-sucedidas ou estiveram à altura dos burocratas que as planejaram e executaram. Contudo, legaram um conjunto de informações que ainda aguardam ser sistematizadas e mais bem exploradas. Esse *Atlas Histórico-econômico do Brasil no Século XIX* cumpre bem a função de divulgar parte desse legado dos primórdios da atividade estatística do Brasil, chamando a atenção para o que temos disponível ao estudo e o que temos ainda a sistematizar. Ao mesmo tempo, oferece um bom retrato da nação nessa passagem do século XIX para o XX, utilizando o que há de mais atual em termos de processamento e georreferenciamento de dados. Não deixa de ser a mesma ambição e a mesma tarefa que realizou Cândido Mendes de Almeida há mais de 150 anos.

Bibliografia

SARAIVA, Luiz Fernando, NABARRO, Wagner, GOLDFEDER, Pérola (orgs.). *Atlas Histórico-econômico do Brasil no Século XIX*. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024.

Recebido em: 02/10/2024 - Aprovado em: 13/02/2025

Editores responsáveis

Ignacio Telesca

5 Deve-se mencionar o *Atlas Digital da América Lusa*, coordenado pelo professor Tiago Luís Gil, mas ele aborda o período colonial; disponível em <http://lhs.unb.br/atlas/>, acesso em 20/09/2024.